Em paralelo ao projeto do LAE/IFCH/UFRGS de execução de medidas compensatórias aos quilombolas de Morro Alto pelos impactos das obras de duplicação da BR-101 (Acordo DNIT/IBAMA/MPF), faço etnografia desde 2009 entre os negros que esperam o reconhecimento de seus direitos especiais enquanto “comunidades remanescentes de quilombo” (Art.68, CF 1988).

A mobilização étnica dos coletivos negros rurais da região é antiga e busca consolidar prioritariamente o domínio definitivo de seus direitos especiais pela autodeterminação e isso depende da transformação de suas referências culturais em parte do patrimônio nacional, a começar pela regularização de suas “terras” com o apoio do INCRA. Mas terra e território são categorias do Estado-Nação, melhor entendidas pela etnoarqueologia enquanto componentes da paisagem quilombola, porque nele existem lugares e marcos físicos que concentram atribuição de significados míticos, cosmológicos e identitários próprios e que assumem importância pelo marco pluriétnico no Brasil apenas depois de 1988.

Este trabalho pretende apresentar alguns resultados do levantamento de lugares e marcos geográficos de importância nas narrativas dos informantes quilombolas, transformados em sítios arqueológicos e Lugares de Referência Cultural pelas políticas desenvolvidas pelos órgãos do Ministério da Cultura (Fundação Palmares, IPHAN). A pesquisa continuará incluindo a etnografia com os coletivos Mbyá-guarani habitantes da região.